



COMO CRIAR IDENTIDADES COM TRADUÇÕES, OU QUANDO TRADUZIR É INTERVIR NUMA TEORIA¹

Daniel do Nascimento e Silva

É o que chamei o contrato de tradução: himeneu ou contrato de casamento com a promessa de inventar um filho cuja semente dará lugar à história e ao crescimento. [...] Benjamin o diz, na tradução o original cresce, ele acredita principalmente que ele não se reproduz — e eu acrescentarei como um filho, o dele sem dúvida, mas com a força de falar sozinho que faz de um filho algo mais que um produto sujeitado à lei da reprodução.

Jacques Derrida, *Torres de Babel*

Introdução

Desde que o conceito de “ato de fala” foi proposto pelo filósofo John Langshaw Austin, na década de 1960², têm-se delineado diversos gestos de interpretação desse conceito, não apenas no interior da filosofia da linguagem, mas também em outras disciplinas, como a lingüística, os estudos culturais, a antropologia, os estudos feministas, a psicanálise, entre outras. Se, por um lado, pode-se perceber que a proposta austiniana de tratar a linguagem como uma “forma de ação” e não de mera “representação da realidade” vem apresentando contribuições cruciais para essas disciplinas, por outro lado, não se pode perder de vista que essa efervescência teórica não se deu sem a interpretação, a intervenção mesma, de vários teóricos. Autores como John Searle, Émile Benveniste, Judith Butler e Shoshana Felman, entre tantos outros, produziram, *a partir de e sobre* o trabalho de Austin, diferentes interpretações para o conceito de ato de fala. Assim, podemos nos referir hoje em dia a uma “leitura oficial” da teoria dos atos de fala (Searle, 1969), a uma teoria da performatividade (Butler, 1997) ou a uma leitura psicanalítica de Austin (Felman, 1980). Mas autores que trabalham *no* texto do filósofo da Escola de Oxford, isto é, os tradutores de seus trabalhos para diferentes línguas, também participam da interpretação do trabalho de Austin e, portanto, da construção da teoria dos atos de fala.

Nesse sentido, é possível aventar a hipótese de que, em se tratando do desenvolvimento da heterogênea tradição intelectual vinculada ao pensamento de John L. Austin, os verbos interpretar/intervir/traduzir (Austin) se tornam sinônimos, assim como os sintagmas “*partindo de Austin*”, “*sobre Austin*” e “*em Austin*”. Situada nesse movimento de (re)construção da teoria dos atos de fala, a tradução para o português de *How to do things with words* (doravante, *HT*), realizada pelo filósofo brasileiro Danilo Marcondes, parece ser mais um gesto de interpretação e intervenção no pensamento de Austin, tendo em vista a reivindicação de certa identidade para o filósofo inglês e para sua teoria. O presente artigo volta-se, então, para a tradução brasileira dessa obra, de modo a indagar nela, simultaneamente, o trabalho de interpretação da filosofia austiniana compreendido por Danilo Marcondes e o trabalho de intervenção do tradutor nesse pensamento. Pretendo demonstrar ainda que investigar essa tradução, numa abordagem performativa da linguagem, pode revelar questões importantes sobre a construção discursiva da identidade, contribuindo, assim, para a compreensão da relação mesma entre linguagem e identidade, tema que vem ocupando lugar central na agenda das ciências humanas (cf. Rajagopalan, 1998, 2002; Mey, 1998; Pinto, 2002; Moita Lopes, 2002; Hall, 2002; Giddens, 2002).

Austin e seus intérpretes

Em *HT*, Austin empreende um esforço *nietzschiano* (cf. Felman, 1980) de desmistificar a ilusão de que os fenômenos lingüísticos podem ser investigados, em sua totalidade, segundo critérios de verdadeiro e falso. De acordo com Austin, existem enunciados que não podem ser analisados a partir de uma semântica vericondicional. Trata-se dos enunciados performativos, como “eu aceito (esta mulher como minha legítima esposa)”, “aposto que choverá amanhã”, que, diferentemente dos enunciados constativos, não descrevem uma situação no mundo real, de modo verdadeiro ou falso; ao contrário, eles são a realização de uma ação, que pode ser feliz ou infeliz, bem ou mal sucedida. Numa investigação interessada, sobretudo, em indicar “os sentidos em que dizer algo é fazer algo” (Austin, 1990:103), Austin chega a propor, em *HT*, uma Teoria Geral dos Atos de Fala³. Lemos na tradução:

A doutrina da distinção performativo/constativo está para a doutrina dos atos locucionários e ilocucionários dentro do ato de fala total assim como a teoria *especial* está para a teoria *geral*. E a necessidade da teoria geral surge simplesmente porque a “declaração” tradicional é uma abstração, um ideal, e assim o é também sua tradicional verdade ou falsidade. Mas sobre este ponto só posso dar alguns rápidos clarões de luz. (p. 121, ênfase no original)

Os “rápidos clarões de luz” que Austin menciona são, na verdade, algumas conclusões esboçadas pelo autor no que diz respeito à sua teoria “em constante transformação” (cf. Derrida, 1991). Elas remetem, em linhas gerais, às seguintes idéias: os constativos não são senão performativos mascarados, i.e., agem, designam atos ilocucionários; é a situação concreta e convencional em que os interlocutores se engajam que interessa a tal teoria; verdade e falsidade são categorias epistêmicas; a dicotomia fato e valor, assim como várias outras, precisa ser contestada; e a distinção entre atos locucionários e ilocucionários, precariamente assentada numa noção de significado como equivalente a “sentido e referência”, necessita ser aprimorada (Austin, 1990:121-122).

A morte prematura de Austin, no entanto, impediu que o aprofundamento da teoria dos atos de fala, tal como indiciado pelas palavras acima, fosse levado a cabo pelo próprio autor. Embora o excerto do texto de Austin evidencie tal desejo, essa questão é controversa. Como salienta Rajagopalan (2000), muitos comentadores de sua obra defendem que ele não “propôs uma teoria bem delineada do ato de fala, [...] nem mesmo estava interessado em propor uma teoria, ou, dado seu ceticismo, ele provavelmente nunca teria desenvolvido uma teoria sozinho” (p. 355). Poder-se-ia qualificar o seguinte comentário de Urmson como epítome de tais críticas à filosofia de Austin: “É impossível fazer uma abordagem sistemática da filosofia de Austin, pois ele não tinha nenhuma” (*apud* Rajagopalan, 2000:355).

Mas, independentemente da hipótese de Austin, caso não tivesse falecido prematuramente, ter procedido a um refinamento teórico do conceito de ato de fala, o fato é que o conceito, tal como se nos apresenta hoje em muitos textos de filosofia e lingüística, foi de fato re-elaborado. E o autor mais célebre desse refinamento é John Searle, a quem se tem atribuído o papel de sucessor intelectual de Austin. Há, nos termos de Rajagopalan (2000), duas teses distintas no que diz respeito à sucessão de Searle. A tese 1 consiste na idéia de que Searle era aquele que estava justamente “no lugar certo e na hora certa” (p. 355-356), ou seja, de que Searle apenas deu continuidade às idéias que Austin vinha desenvolvendo, de modo que os dois representam, segundo essa tese, “uma única e contínua tradição” (p. 353). A tese 2 indica que, embora tomando como ponto de partida os *insights* de Austin no que diz respeito ao ato de fala, Searle desenvolveu uma teoria independente de muitos dos princípios postulados por Austin, promovendo desdobramentos teóricos que provavelmente não seriam aprovados pelo seu mestre. Trata-se, segundo essa tese, de uma *nova* teoria e não uma *continuidade*.

A intervenção de Searle foi, na verdade, muito bem recebida pela filosofia. Austin — em função de seu pouco interesse de oferecer um pensamento sistemático ou totalizante para o ato de fala e ainda do estilo não convencional de desenvolver sua filosofia, aproximando seus textos muito mais de uma narrativa do que de um tratado — comportava-se, tendo em vista posturas filosóficas tradicionais, como um *rebelde*. Searle veio, nesse sentido, para “domar” tais idéias rebeldes e adequá-las ao que a tradição filosófica esperava. De fato, a teoria que Searle desenvolve, cujos pilares situam-se na lógica e na filosofia analítica, é partidária de um universalismo e aposta na primazia da proposição (em outras palavras, do constativo), o que é diametralmente oposto à proposta austiniana.

Searle inclusive evoca a autoridade de alguém que estudou *pessoalmente* com Austin para fundamentar a sua intervenção na teoria dos atos de fala. No excerto a seguir, Searle lança mão desse contato pessoal como um dos recursos para sustentar sua argumentação em torno da necessidade de introduzir no ato ilocucionário um núcleo duro, a saber, a proposição:

Austin uma vez me disse que ele havia pensado em uma distinção que poderia ser feita nesses termos – mas não fica claro se ele tinha a intenção de que a distinção locucionário-ilocucionário a abarcasse. (Searle, 1973:155, ênfase e tradução minhas)

A autoridade de porta-voz oficial também pode ser percebida em sua célebre contenda com Jacques Derrida:

Antes de iniciar uma discussão sobre a acusação de Derrida eu deveria esclarecer que não endosso os detalhes da teoria dos atos de fala de Austin. Eu a tenho criticado alhures e não irei repetir essas críticas aqui. *O problema consiste muito mais no fato de que o Austin de Derrida é irreconhecível; ele não tem nada a ver com o original* (Searle, *apud* Rajagopalan, 2000: 381, ênfase e tradução minhas).

Obviamente, o “original” a que Searle se refere é o Austin que passou pelo seu próprio crivo e não o “Austin de Derrida”. Trata-se, portanto, de uma intervenção teórica que procura adequar as idéias de Austin à constatividade que por tanto tempo marcou a história das idéias. Em outras palavras, na medida em que aproxima o ato de fala das leis universais da lógica e, implicitamente, da idéia tão cara à lógica clássica e a várias vertentes da lingüística e da filosofia de que a função primordial da linguagem é representar (ou seja, constatar), Searle marca, ao mesmo tempo, sua interferência na teoria dos atos

de fala e o seu distanciamento da visão eminentemente performativa da linguagem, a qual, segundo vários leitores, caracteriza o pensamento de Austin (cf. Ottoni, 1998; Felman, 1980; Rajagopalan, 2000).

Contrapondo-se às críticas que vêm como um problema o fato de a filosofia de Austin não ser *sistemática* (em outras palavras, de não ser ela uma abordagem *rigorosa*), situa-se a abordagem psicanalítica de Felman (1980) do texto austiniano. Para a autora, Austin desenvolve suas reflexões tal qual um Don Juan: ele está a todo momento prometendo uma teoria e exercitando, em seu texto, o potencial mesmo de sua teoria, a saber, de que a linguagem é o domínio por excelência da ação sobre o outro e sobre o mundo. Como defende Felman, a promessa de amor donjuanesca pressupõe uma *quebra* em duplo sentido: ao mesmo tempo em que seu discurso amoroso leva as mulheres seduzidas por ele a *romperem* relacionamentos anteriores, pressupõe que a promessa de amor não seja cumprida. E a relação entre a promessa donjuanesca e a promessa austiniana, nos termos de Felman, não é fortuita. A promessa tematiza a própria questão do humano: Felman mobiliza, para tanto, a reflexão de Nietzsche sobre o *animal prometedor*. Se em Aristóteles a ontologia do humano remete ao fato de o homem ser um *animal político*, o que evidencia uma definição de homem tendo em vista a especificidade de seus atos, em Nietzsche o passo vai mais além: é o homem um *animal prometedor*. Trata-se de uma posição que encara o humano não apenas a partir de seus *atos*, mas de seus *atos de linguagem* (não é a promessa um ato de fala por excelência?).

A leitura de Felman revela então que tanto a teoria de Austin quanto os gestos de sua escrita informam a relação mesma entre sujeito, linguagem e realidade. Sua leitura recupera o potencial dialógico e constitutivo da linguagem: “Se a linguagem do performativo se refere a si mesma, produz a si mesma como sua própria referência, esse efeito de linguagem é no entanto uma ação, uma ação que excede a linguagem e modifica o real” (Felman, 1980:108; tradução minha). No que podemos qualificar como uma postura interventora, Felman parte da noção de que, na teoria de Austin, o ato de fala não é imune à falha, ao tropeço e ao abuso, para chegar à conclusão de que a capacidade para a falha (em outras palavras, a *quebra* da promessa) é constitutiva do performativo. O ato de fala, enquanto produto e produtor do corpo falante, é, nos termos da autora, *escandaloso*, principalmente porque vai de encontro a uma tradição metafísica que separa mente e corpo, linguagem e ação, constativo e performativo.

Nos textos da filósofa americana Judith Butler (p. ex. Butler, 1997 e 2003), podemos verificar um movimento de interpretação e reformulação da teoria dos atos de fala que tem apresentado implicações cruciais para o estudo



do sujeito, do gênero e da política. A performatividade, nos termos de Butler, é o que permite e obriga o sujeito a se constituir enquanto tal. Investindo na idéia de que o ato de fala é também um ato corporal e de que seu funcionamento se dá numa cadeia de iterabilidade e citacionalidade⁴, Butler defende que o sujeito reivindica sua identidade (ou que ela é reivindicada para ele) por meio de atos de fala que iteravelmente tematizam a sua própria existência. Nos termos da autora, os enunciados “nasceu uma menina” ou “ele é um maricas”, pronunciados pelo médico ou pelo colega de classe, respectivamente, não apenas constatarem um estado de coisas no mundo; para muito além disso, trata-se da construção performativa de uma feminilidade [*girling*] e de uma homossexualidade. A questão a interessar Butler, ao longo de seus textos, especialmente *Excitable speech* (1997), diz respeito à compreensão do processo por meio do qual o ato de fala constitui o sujeito e de como esse sujeito, a partir de então, iteravelmente, isto é, *outra vez* [*iter*] e *para o outro* [*itera*], passa a repetir as condições discursivas que permitem a sua viabilidade enquanto sujeito. E de como esse sujeito, em sua ação lingüística, passa a, performativamente, constituir e reivindicar a identidade de outrem. Performatividade ganha então o estatuto de processo de constituição do eu — processo, nos termos de Butler, vulnerável à falha, ao tropeço, ao abuso, à violência e à abjeção.

Como afirmei anteriormente, essas diferentes interpretações do pensamento austiniano consistem, também, em intervenções no seu pensamento. O ato de fala que lemos em Searle, Felman e Butler é, portanto, um conceito reformulado, em função, sobretudo, dos interesses e filiações teóricas desses autores. No que se segue, tento demonstrar que a tradução empreendida por Danilo Marcondes pode ser situada nesse mesmo movimento de intervenção. O esforço que empreendi anteriormente em mobilizar a teoria desses autores não consiste tão-somente em desvelar a retórica da intervenção em Austin, mas se transforma em parâmetro para a própria análise da tradução. Vale salientar que se trata de uma *leitura indiciária* (cf. Ginzburg, 1989) de *HT* e de sua tradução para o português. Segundo o historiador italiano Carlo Ginzburg, o paradigma indiciário é um modelo epistemológico que emergiu nas ciências humanas no final do século XIX e que busca, nos pormenores mais negligenciáveis, nos dados marginais, nos indícios, nas pistas, evidências de fenômenos de grande alcance. Ginzburg parte do exame dos métodos investigativos de Morelli, Freud e Sherlock Holmes, que se centravam, respectivamente, na atenção ao pormenor do signo pictórico, ao sintoma e ao indício do crime, para propor um paradigma de “rigor flexível” e que se atém ao singular, no sentido de que “as pistas talvez infinitesimais permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível” (Ginzburg, 1989:150).

A tradução brasileira como intervenção

Danilo Marcondes, o tradutor brasileiro, é um filósofo que conhece a fundo a teoria dos atos de fala. Sua tese de doutorado versou sobre o tema, e é significativo notar que o livro em que sua tese se transformou indica, já em seu subtítulo, que o autor procede a uma reavaliação da teoria dos atos de fala. Eis o título: *Language and action: a reassessment of speech act theory*. Em outro texto, o autor afirma textualmente sua postura de interventor:

Parece-nos que a Teoria dos Atos de Fala, sendo assim *repensada e complementada* por essas noções que discutimos brevemente, é capaz de, ao investigar os problemas filosóficos na linguagem ordinária, dirigir sua análise para o caráter ideológico da linguagem, constituindo-se assim como método crítico. (Marcondes, 1992: 30, ênfase acrescida).

Mas a sua intervenção não se restringe aos textos que escreveu *sobre* Austin, mas também, e é nesta hipótese que este trabalho investe, no que ele escreve *em* Austin. Em outras palavras, a tradução para o português de *HT* não foi, por assim dizer, “apenas” uma tradução, mas um gesto de intervenção no pensamento de Austin. É válido esclarecer que não se trata aqui de reivindicar a fidelidade ao texto original que Danilo Marcondes não conseguiu alcançar em sua versão para o português. Sendo a tradução uma atividade assentada em nossa capacidade humana, demasiado humana de conhecer, ela é, inevitavelmente, gerada a partir da “interpretação, da perspectiva, do sócio-cultural e do subjetivo” (Arrojo, 1990:50). Propor uma investigação que denuncie tão-somente os momentos em que Danilo Marcondes trai Austin não seria senão investir na possibilidade de uma leitura realmente objetiva, de uma interpretação logocêntrica e racional, de uma tradução supra-humana, enfim. Não se desvincularia também da crença de que existe uma essência no texto original, sendo a tarefa do tradutor, seja quem for ele ou ela, capturar essa essência e transportá-la para outra língua. Ao contrário, interessa-me problematizar essa tradução diante das circunstâncias em que foi produzida, tendo em vista, particularmente, o fato de que se tratava não do transporte estável das palavras de Austin para o português, mas sim de uma tradução (realizada por um filósofo) de idéias e estilo que, segundo a prática da filosofia, precisam ser filtrados e mesmo domesticados.

A não convencionalidade do texto de Austin e o distanciamento, em termos de estilo, daquilo que se espera de um tratado filosófico podem ser percebidos já quando deparamos com o seu título, *How to do things with words*

Como bem lembra Felman (1980), o título remete a best-sellers tais como *How to win friends and influence people* e *How to stop worrying and start living*, de Dale Carnegie. Ao mesmo tempo em que propõe uma densa reflexão em torno da ação pela/na linguagem, Austin anuncia seu humor já no título. E é precisamente aqui, no título, que encontramos o primeiro indício da promessa de uma teoria em Austin. Queres saber como fazer coisas com palavras? Eis um manual, uma proposta, uma promessa, enfim. O título em português, *Quando dizer é fazer. Palavras e ação*, segue a tradução francesa, feita por Gilles Lane (1970), *Quand dire, c'est faire*⁵. Essa escolha revela uma atitude por parte dos tradutores de não apenas tornar o título mais sério, retirando-lhe o caráter escancarado de *manual* presente no original, mas também insinua, conforme apontou Rajagopalan (1990), uma subordinação do fazer ao dizer, o que demonstra uma afinidade com a teoria proposta por Searle, cujo princípio de exprimibilidade “segundo o qual tudo o que é passível de se pensar é passível também de se dizer [...] subordina o feito ao dito enquanto concretização do dizível” (Rajagopalan, 1990:247).

As doze conferências que compõem *HT*, apenas numeradas na edição original, recebem na tradução brasileira, além dos números, subtítulos que sintetizam o tema de cada conferência e certamente orientam o leitor. O tradutor acrescentou também notas de rodapé, marcadas com asterisco, com o intuito de comentar a tradução e o significado de alguns termos, remeter a outros textos, etc. A versão brasileira contém ainda uma apresentação à filosofia de Austin elaborada pelo próprio tradutor-filósofo. Essa apresentação faz também menção a dificuldades que o tradutor encontrou no texto austiniano, tendo em vista principalmente o seu caráter “coloquial, idiomático e fluente” (já que havia sido escrito com vistas à apresentação oral) e por se tratar de obra “original e polêmica” (Marcondes, 1990:14), repleta de termos técnicos e neologismos⁶.

O texto austiniano realmente combina a erudição e o melhor do humor inglês com um “estilo faceto e descontraído” (Rajagopalan, 1992:291). Considerando-se o que comumente se espera de um tratado filosófico, é de se estranhar, à primeira vista, um texto filosófico que contenha humor e coloquialismo. Afinal, o território da metáfora, da piada, da ironia, enfim, da linguagem figurada é, por excelência, a literatura e a poesia — o que remonta à afirmação de Platão de que a república ideal não era lugar para poetas. Mas o texto austiniano vai de encontro a essa tradição: Austin, como defende Felman (1980), exercita em sua escrita o potencial mesmo de sua teoria, de modo a agir (i.e., *seduzir*) com as palavras:

EXCERTO 1

Of course, this is bound to be a little boring and dry to listen and to **digest**⁷; not nearly so much so as to think and write. Moreover I leave to my readers the **real fun** of applying it to philosophy. (p. 164).

É claro que tudo isso é um tanto cansativo e árido para se ouvir e **assimilar**; mas não tanto quanto o foi conceber e redigir a teoria. Mas seu **verdadeiro interesse** começa quando passamos a aplicá-la à filosofia. (p. 132).

EXCERTO 2

(I) How widespread is infelicity?

Well, it seems clear in the first place that, although **it has excited us (or failed to excite us)** in connexion with certain acts [...], infelicity is an ill to which *all* acts are heir [...]. (p. 18).

(1) Qual o alcance da infelicidade?

Em primeiro lugar, embora isto possa **nos ter estimulado (ou deixado de estimular)** em relação a certos atos [...] a infelicidade é um mal herdado por todos os atos [...] (p. 34)

EXCERTO 3

I do not think that these uncertainties matter in theory, though **it is pleasant** to investigate them and in practice convenient to be ready [...] with a terminology to cope with them. (p. 24).

Estas questões, em meu entender, não têm importância teórica, embora **seja de interesse** investigá-las e, na prática, é conveniente estar familiarizado [...] com a terminologia apta a lidar com elas. (p. 37).

Pelos excertos acima, podemos perceber que Austin revela o prazer (às vezes, a falta dele) na teoria que propõe. Note-se que as expressões grifadas nos excertos do texto de partida são usos metafóricos que remetem ao prazer do riso (*real fun*), da comida (*digest*) e até do sexo (*excited*). O tradutor, em geral, recorre a usos literais (*verdadeiro interesse*, *estimulado*) ou de usos metafóricos “mais amenos” (*assimilar*). Danilo Marcondes, ao fazer essas escolhas, parece compartilhar da crença, consagrada durante muito tempo na filosofia, de que a metáfora é um recurso acessório e mesmo um embuste ou um abuso. De acordo com essa visão, seu uso deve ser evitado nos textos que se pretendem à



verdade, como o científico e o filosófico. Autores como Lakoff & Johnson (1980) e Lima (1999), contrapondo-se a essa visão, demonstram que a metáfora é na verdade um recurso ubíquo que tem sua motivação em nossa experiência com o corpo e com o mundo e, portanto, expressa a maneira como compreendemos as coisas. E Austin investe no uso da metáfora. Para desconstruir fetiches e crenças tradicionais, ele inclusive brinca com o diabo e com o paraíso. Danilo Marcondes, por seu turno, seguindo o modelo que se espera de um tratado filosófico, imprime um ar de seriedade na tradução:

EXCERTO 4

I distinguish five very general classes: but I am far from equally happy about all of them. They are, however, **quite enough to play Old Harry⁸ with two fetishes which I admit to an inclination to play Old Harry with**, viz. (I) the true/false fetish, (2) the value/fact fetish. (p. 151)

Distingo cinco classes gerais de verbos, mas não estou totalmente satisfeito com elas. Entretanto, **abrem a nossos olhos um campo mais rico do que se nos movêssemos unicamente com os dois fetiches**: 1) verdadeiro/falso; 2) fato/valor. (p. 123)

EXCERTO 5

[...] ‘I name this ship the Mr. Stalin’ [...] but the trouble is, I was not the person chosen to name it (...). We can all agree

(1) that the ship was not thereby named;

(2) that it is an **infernal** shame (p. 23).

[...] “Batizo este navio com o nome de ‘Senhor Stalin’” [...] A dificuldade, porém, está no fato de não ter sido eu a pessoa escolhida para batizá-lo [...]. Todos concordamos que:

(1) o navio não foi batizado por este ato;

(2) foi um **terrível** vexame. (p. 37)

EXCERTO 6

We were to consider, you will remember, some case and senses (only some, **Heaven help us!**) in which to *says* something is to *do* something [...] (p. 12)

Como devem estar lembrados, íamos considerar alguns (apenas alguns, **felizmente!**) casos e sentidos em que *dizer* algo é *fazer* algo [...] (p. 29)

No original, Austin utiliza-se de muitos recursos dialógicos (como o uso freqüente do pronome *you* e do modo imperativo, que aproximam o texto do leitor) e do pronome de primeira pessoa, que marca a sua presença no texto. A estratégia de Marcondes foi, muitas vezes, de tornar o texto impessoal, embora, é preciso deixar claro, a tradução conserve muito de tais recursos dialógicos e do uso da primeira pessoa, como pode ser percebido no excerto 6 acima. Vejamos, a seguir, momentos em que o tradutor torna o texto impessoal.

EXCERTO 7

[...] Misapplications [...] ‘I appoint you’, said when you have already been appointed, or when someone else has been appointed, or when I am not entitled to appoint, or **when you are a horse**: ‘I do’, said when you are in the prohibited degrees of relationship, or before a ship’s captain not at sea (...) (p. 34)

[...] más aplicações. [...] “Eu o nomeio”, dito quando a pessoa já foi nomeada, ou quando foi nomeada por outra pessoa, ou quando eu não tenho o poder de nomeá-la, ou **quando o nomeado é um cavalo**. “Sim”, quando se tem um grau de parentesco com a noiva que impede o casamento, ou diante de um capitão de navio que não está no mar [...] (p. 44)

EXCERTO 8

- (i) **We have the case** of procedures which ‘no longer exist’ [...]
- (ii) **We have even the case** of procedures which someone is initiating. [...] (p. 30)

- (I) **Há o caso** de procedimentos que “não mais existem” [...]
- (II) **Há também o caso** de procedimentos recentemente inaugurados [...] (p. 41).

EXCERTO 9

[...] MISFIRES [...] ABUSES (**do not stress** the normal connotations of these names!) (p. 16)

[...] **desacertos** [...] *abusos*... (obviamente, **não se devem enfatizar** as conotações usuais destes termos) (p. 32)

A tradução do excerto 7 indica a domesticação de um dialogismo que parece ultrapassar os limites. Afinal, aventar a hipótese de que o ato de nomear será

infeliz se o leitor for um cavalo é, de fato, brincar pesado. A idéia de “limites” da tradução do humor de Austin é desenvolvida textualmente pelo próprio tradutor.

[...] procurei sempre, *na medida do possível*, conservar os traços característicos do estilo coloquial de Austin, adaptando para o português, *quando isto se impunha*, seus exemplos e as expressões idiomáticas utilizadas. (Marcondes, 1990, p. 14, ênfases acrescidas)

O excerto em questão parece ser um caso em que Marcondes considerou que não era adequado “conservar os traços característicos do estilo de Austin”. Em outras palavras, foi necessário impor o “filtro” do filósofo, daquele que enxerga com clareza e sabe quais são os limites do humor no texto filosófico. Muitas vezes, no entanto, a necessidade se impôs e Marcondes conservou nas piadas de Austin os santos que batizam pingüins, os casamentos com macacos, a avaliação da beleza das palavras, embora o ritmo geral tenha sido, com frequência, de “colocar panos quentes”. Podemos afirmar que se trata da construção, na tradução, de um *ethos*⁹ sério, moderado, prototípico dos filósofos tradicionais, ao contrário do *ethos* descontraído e facetado que muitos autores apontaram no texto original.

Há vários indícios de que o humor e o uso de neologismos (dentre outros recursos) no texto de Austin não são fortuitos. Subjazem a eles importantes questões para a sua teoria. Segundo Felman (1980) trata-se do exercício, em sua escrita, do próprio potencial performativo da linguagem. O humor de Austin, para Rajagopalan (1992), deve ser encarado e entendido seriamente. Diz o autor que “compreender a empresa filosófica de Austin acarreta a tomada de determinada atitude a respeito de seu humor e de suas piadas, inclusive as bobas” (p. 297). Quanto aos neologismos, lembra Lane (1970) que, por exemplo, o termo inglês “*constative*” “não apenas não existe em inglês, como também não contém nem mesmo a raiz existente em qualquer outra expressão inglesa”. Lane afirma que Austin, com a criação de “termos insólitos”, queria evitar reter em expressões muito familiares as significações pré-concebidas que ele acreditava ser de sua obrigação combater.

Evidentemente, o *ethos* mais sério da versão brasileira, a preferência por recursos menos dialógicos e pessoais, entre outros gestos de escrita, também tem sua razão de ser; subjazem a ele questões interessantes para entender a participação de Danilo Marcondes nesse empreendimento chamado “interpretação de Austin” e a própria questão da tradução enquanto problema filo-

sófico. Nesse sentido, algumas perguntas poderiam ser delineadas: o que significam os gestos de escrita de Danilo Marcondes? Como entender essa tradução no contexto de sua teorização em filosofia da linguagem e no horizonte maior de outras interpretações da teoria dos atos de fala? Seriam as identidades de Austin e de sua filosofia, tais como se concebem hoje, independentes do trabalho de tradução e interpretação de seu pensamento?

Palavras finais

A domesticação do humor e do estilo de Austin, além das outras estratégias de que o tradutor brasileiro lança mão, como a adaptação do título, a criação de subtítulos, entre outras, marcam a intervenção de Danilo Marcondes, filósofo e tradutor, no texto e no fazer filosófico de Austin. Tal intervenção se dá em consonância com o funcionamento mesmo da tradução enquanto atividade de leitura e interpretação, portanto um trabalho ideológico, como indica Arrojo (1990). Mas não só isso. A questão da tradução de Austin nos leva também à questão da *construção* discursiva da identidade. Não se pode afirmar que exista uma essência no texto de Austin e que a tarefa do tradutor, seja quem for ele ou ela, seja capturar essa essência e transportá-la para outra língua. Não se trata, em outras palavras, de reclamar a fidelidade de Danilo Marcondes ao texto “original” de Austin, porque o “‘original’ não existe como um objeto estável, guardião implacável das intenções originais de seu autor” (Arrojo, 1993:16). O que está em jogo nessa tradução é o trabalho de interpretação das idéias de Austin, tendo em vista que esse trabalho se deu, para além do conhecimento das línguas e da teoria, numa matriz de poder, no caso, a filosofia, que autoriza certos dizeres e não outros, certas maneiras de dizer e não outras, certos gêneros e não outros. Ou seja, o que está em jogo é a reivindicação de certa identidade para uma filosofia e para um autor, na linguagem, ou melhor, na tradução. A tradução de Danilo Marcondes, nesse sentido, funciona como a narrativa (ou melhor, o tratado) em que a identidade do Austin do *Quando dizer é fazer* se sustenta.

Aventar a articulação da questão da identidade com a da tradução, numa abordagem performativa da linguagem, coloca em relevo o papel eminentemente ético das traduções e das próprias teorias. Afinal, se pensamos que as traduções e as teorias, assim como as identidades, não são *dados* sim *construtos*, estamos tratando, em última instância, de escolhas — e é no território das escolhas que se situa a ética. Sobre a questão da construção de identidades na tradução, Venuti afirma o seguinte:

Se a tradução tem efeitos sociais de tão grande alcance, se ao formar identidades culturais ela contribui para a reprodução e para a mudança social, parece importante avaliar esses efeitos, questionar se eles são bons ou ruins, ou, em outras palavras, se as identidades resultantes são éticas (Venuti, 1998:195).

Na cadeia iterável do ato de fala (isto é, *para o outro e de novo*), recursivamente (e eticamente), (re)interpretamos a nós mesmos e ao mundo e forjamos a nossa identidade. Na cadeia iterável da tradução, Danilo Marcondes reivindicou a identidade de Austin que, dado o seu compromisso com a filosofia, lhe era *conveniente*, e é nessa iterabilidade que se situam as possibilidades para outras traduções e para a reivindicação de outras identidades.

¹ Este trabalho foi apresentado no III Encontro Internacional de Tradutores da Associação Brasileira de Pesquisadores em Tradução (ABRAPT), em Fortaleza, CE, setembro de 2004. Sou especialmente grato a Maria Paula Frota e Paulo Henriques Britto pela leitura primorosa a que submeteram este trabalho e pelas valiosas críticas e sugestões. No entanto, as eventuais falhas que permanecerem aqui são de minha inteira responsabilidade.

² Embora o filósofo da Escola de Oxford tenha desenvolvido suas reflexões sobre o ato de fala durante as décadas de 1940 e 1950, faço menção à década de 1960 em virtude da publicação póstuma de *How to do things with words* (1962).

³ A proposta de classificação dos atos de fala em termos de atos locucionários, atos ilocucionários e atos perlocucionários, a partir da conferência VII, surge como resposta à demanda por tal teoria (cf. Felman, 1980). O ato locucionário corresponde a uma noção de *significado*, conforme sua definição em lógica como sentido e referência; o ato ilocucionário corresponde à *força* do enunciado, isto é, à ação que é realizada *ao* se dizer algo (p. ex. informar, ordenar, prometer), considerando a situação concreta de interação; o ato perlocucionário corresponde aos efeitos produzidos por um enunciado no interlocutor, trata-se da ação realizada *porque* dizemos algo (p. ex. persuadir, convencer, surpreender).

⁴ De acordo com Derrida (1991), o conceito de “iterabilidade” (do latim ‘iter’, *de novo*, e do sânscrito ‘itera’, *para o outro*) consiste na idéia de que o ato de fala “repete” as condições discursivas de um outro lugar, de sua pretensa “origem”, para a alteridade. Mas não se entenda essa repetição como uma manutenção estável ou fixa do significante. A repetição inscrita na iterabilidade é, na verdade, uma re-petição. Nela se delinea o território do outro, que, no ato mesmo de re-pedir, na sua repetição, instaura a novidade, justamente porque “não há incompatibilidade entre a repetição e a novidade do que difere” (Derrida, 2004:331). Nos termos de Butler (1997), o performativo funciona exatamente nesta cadeia iterável, de modo a estabelecer uma “citationalidade”: o performativo cita, ecoa ações anteriores e “acumula a força da autoridade pela repetição ou citação de uma série anterior e autoritária de práticas” (p. 51; tradução minha).

⁵ O título da versão para o espanhol, realizada por Genaro R. Carrió e Eduardo A. Rabossi, mantém o humor do original: *Cómo hacer cosas con palabras*.

⁶ Gilles Lane (1970), em sua introdução à tradução para o francês do *HT*, também tece comentários sobre o estilo e o vocabulário de que Austin lança mão. Segundo o tradutor, trata-se de um texto ao mesmo tempo desenvolvido e sério. Relembra ao leitor que Austin não o havia redigido com vistas à publicação, mas sim à sua apresentação em forma de conferências “que ele queria aliás eximir de toda pretensão (oratória ou temática), se é que não da *verdade*” (p. 132) [ênfase no original; tradução minha]. Quanto ao vocabulário do texto, Lane afirma que este pode “surpreender, distrair e até mesmo chocar” (*id. ibid.*).

⁷ Nesses excertos os *itálicos* são de Austin/Marcondes e os **negritos** são meus.

⁸ *Old Harry* significa “diabo”, “satã”.

⁹ Cf. Maingueneau, 1998. Defende o autor que a noção de *ethos* — originalmente desenvolvida por Aristóteles, para quem todo orador transmitia, por seus gestos e entoações, uma imagem de si — remete à *corporalidade* e ao *caráter* do enunciador implicadas em todo discurso. O leitor ou ouvinte, espontaneamente, atribui uma representação, nesses termos, do enunciador em função de seu modo de dizer. “Atribuímos a ele”, diz Maingueneau, “um *caráter*, um conjunto de traços psicológicos (jovial, sério, simpático...) e uma *corporalidade* (um conjunto de traços físicos e indumentários). ‘Caráter’ e ‘corporalidade’ são inseparáveis, apóiam-se em estereótipos valorizados ou desvalorizados na coletividade, em que se produz a enunciação.” (Maingueneau, 1998:60; grifos do autor).



Referências bibliográficas

- ARROJO, Rosemary (1990) “As questões teóricas da tradução e a desconstrução do logocentrismo: algumas reflexões”. *D.E.L.T.A.* 6(1), 41-53.
- _____. (1993) *Tradução, desconstrução e psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago.
- AUSTIN, John L. (1975) *How to do things with words*. 2ª ed. Cambridge: Harvard U.P.
- _____. (1990) *Quando dizer é fazer. Palavras e ação*. Trad. de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas.
- BUTLER, Judith (1997) *Excitable speech: a politics of the performative*. London: Routledge.
- _____. (2003) *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Trad. de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- DERRIDA, Jacques (1991) “Assinatura acontecimento contexto”. J. Derrida. *Margens da filosofia*, 349-373. Trad. de Joaquim Torres Costa & António M. Magalhães. Campinas: Papyrus.
- _____. (2004) “Outrem é secreto porque é outro”. J. Derrida. *Papel-máquina*, 331-358. Trad. de Evando Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade.
- FELMAN, Shoshana (1980) *Le scandale du corps parlant. Don Juan avec Austin ou la seduction en deux langues*. Paris: Seuil.
- GIDDENS, Anthony (2002) *Modernidade e identidade*. Trad. de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- GINZBURG, Carlo (1989) *Mitos, emblemas e sinais. Morfologia e história*. 2ª ed. Trad. de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras.
- HALL, Stuart (2002) *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A.
- LAKOFF, George & JOHNSON, Mark (1980) *Metaphors we live by*. Chicago: Chicago U.P.
- LANE, Gilles (1970) “Introduction”. Austin, J. L. *Quand dire, c'est faire*. Paris: Seuil.
- LIMA, Paula L. C. (1999) “Desejar é ter fome: novas idéias sobre antigas metáforas conceituais”. Tese de doutorado inédita, Universidade Estadual de Campinas.
- MAINGUENEAU, Dominique (1998) “Ethos”. *Termos-chave da análise do discurso*, 59-60. Trad. de Marcio Venicio Barbosa & Maria Emilia Lima. Belo Horizonte: Ed. da UFMG.
- MARCONDES, Danilo (1984) *Language and action: a reassessment of speech act theory*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.



- _____ (1990) “Apresentação. A filosofia da linguagem de J. L. Austin”. J. L. Austin. *Quando dizer é fazer. Palavras e ação*, 7-17. Porto Alegre: Artes Médicas.
- _____ (1992) *Filosofia, linguagem e comunicação*. 2ª ed. São Paulo: Cortez.
- MEY, Jacob (1998) “Etnia, identidade e língua”. I. Signorini (org.) *Língua(gem) e identidade*, 69-88. Trad. de Maria da Glória de Moraes. Campinas: Mercado de Letras.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo (2002) *Identidades fragmentadas. a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade na sala de aula*. Campinas: Mercado de Letras.
- OTTONI, Paulo (1998) *Visão performativa da linguagem*. Campinas: Ed. da Unicamp.
- PINTO, Joana P. (2002) “Estilizações de gênero em discurso sobre a linguagem”. Tese de doutorado inédita, Universidade Estadual de Campinas.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil (1990) “Dos dizeres diversos em torno do fazer”. *D.E.L.T.A.* 6 (2), 223-254.
- _____ (1992) “A insustentável seriedade da leveza: uma análise desconstrutivista do humor de J. L. Austin”. *D.E.L.T.A.* 8 (2), 291-301.
- _____ (1998) “O conceito de identidade em lingüística: é chegada a hora de uma mudança radical?” I. Signorini (org.) *Língua(gem) e identidade*, 21-45. Trad. de Almiro Pisetta. Campinas: Mercado de Letras.
- _____ (2000) “On Searle (on Austin) on language”. *Language and Communication* 20:347-391.
- _____ (2002) “A confecção do memorial como exercício de reconstituição do *self*”. L. P. Moita Lopes & L. C. Bastos (orgs.) *Identidades. recortes multi e interdisciplinares*, 339-350. Campinas: Mercado de Letras.
- SEARLE, John R. (1969) *Speech acts: an essay in the philosophy of language*. Cambridge: Cambridge U.P.
- _____ (1973) “Austin on locutionary and illocutionary acts”. I. Berlin (org.) *Essays on J. L. Austin*, 141-159. Oxford: Clarendon Press.
- VENUTI, Lawrence (1998) “A tradução e a formação de identidades culturais”. I. Signorini (org.) *Língua(gem) e identidade*, 173-200. Trad. de Lenita R. Esteves. Campinas: Mercado de Letras.